



**Congresso Nacional**

**MPV - 320**

**00056**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data:</b> 28/08/2006	<b>Proposição:</b> MPV 320/06			
<b>Autor:</b> Deputado FRANCISCO TURRA	<b>Nº do Prontuário</b>			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva Global <input type="checkbox"/>				
<b>Artigo:</b> 6º	<b>Parágrafo:</b> 6º	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>	<b>Pág. 1 de 1</b>

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao *caput* do art. 6º da MP 320/2006 a seguinte redação, e inclua-se novo § 6º no mesmo artigo:

“Art. 6º A licença para exploração de CLIA será concedida, através de processo licitatório, a estabelecimento de pessoa jurídica constituída no País, que explore serviços de armazéns gerais, demonstre regularidade fiscal, atenda aos requisitos técnicos e operacionais para alfandegamento na forma do art. 2º e satisfaça às seguintes condições:

.....

§ 6º - Sempre que houver proposta de pessoa jurídica interessada na exploração do serviço de que trata este artigo em determinada localidade e que atenda aos requisitos estabelecidos nesta Medida Provisória, a Secretaria da Receita Federal deverá abrir processo de licitação, irrestrito a quaisquer outros pretendentes, que se qualifiquem para tal, no prazo de 180 dias

**JUSTIFICAÇÃO**

A nova redação oferecida ao art. 6º e a inclusão de mais um parágrafo ao mesmo artigo visam substituir o critério de outorga de licenciamento pelo de concessão de licença mediante processo licitatório e garantir a agilidade da Secretaria da Receita Federal na condução dos processos licitatórios desses serviços.

Assinatura

